



OIT LISBOA

Organização Internacional do Trabalho

nº37
mai-ago 2016

ANO 15
www.ilo.org/lisbon



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO (CIT), 2016

Editorial

A CPLP contra o trabalho infantil

Em maio de 2006, os ministros e ministras do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP assinavam uma importante Declaração Política conjunta na qual se comprometiam, envolvendo os parceiros sociais, a unir esforços com vista à prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil.

No quadro desta Declaração e do Plano de Ação, adotado na Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Bissau em 2006, diversas atividades de cooperação têm vindo a ter lugar ao longo destes anos, com o acompanhamento fundamental dos pontos focais da CPLP para a área do trabalho infantil, que para esse efeito desenvolveram um Documento de Projeto.

Quer o Plano de Ação, quer o Documento de Projeto, englobam exclusivamente atividades de natureza multilateral envolvendo o conjunto dos Estados-membros da CPLP, completando e reforçando os planos de ação nacionais, assim como as atividades de cooperação de natureza bilateral.

Fonte: OIT

Ao longo dos anos o histórico destas atividades foi sendo refletido nas edições desta Newsletter. Neste editorial queremos destacar o seu impacto. Desde logo, a cooperação entre a CPLP e a OIT tem permitido uma maior coerência e coordenação no âmbito do combate ao trabalho infantil. Por outro lado, verificou-se a ratificação por todos os Estados-membros da CPLP, da Convenção (N.º 182) da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e a ratificação por sete Estados-membros da Convenção (N.º 138) da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego e a consequente adequação das legislações nacionais. Finalmente, todos implementaram ou estão em vias de implementar planos nacionais de combate ao Trabalho Infantil (estas referências não incluem a Guiné Equatorial que apenas recentemente passou a integrar a comunidade).

É certo que subsistem desafios, apesar dos avanços verificados. Nomeadamente os que resultam da transversalidade do tema e da importância da coordenação e complementaridade com outras áreas sectoriais (como a educação, a saúde, a proteção social). Também o combate à exploração do trabalho infantil na economia informal, na agricultura, no trabalho doméstico deverá merecer especial atenção da comunidade.

Tendo em conta estes desafios, a OIT continuará a colaborar com o Secretariado Executivo da CPLP nos seus esforços contra o trabalho infantil. Esta luta ganha especial relevo neste que é o ano da CPLP contra o trabalho infantil e, num quadro mais global, no contexto da Agenda 2030 e do seu ODS 8 – trabalho digno e crescimento económico – que prevê como uma das suas metas «assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil (...) e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas».

A OIT-Lisboa dá neste número da Newsletter nota das atividades mais recentes e das que se projetam para o futuro, envolvendo a parceria CPLP/OIT.

Mafalda Troncho
Diretora da OIT-Lisboa

Fonte: OIT

O papel da OIT nas cadeias de abastecimento mundiais

A 105ª sessão da CIT terminou após duas semanas de deliberações em áreas chave do mundo do trabalho, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de garantir que a organização da produção em cadeias de abastecimento mundiais contribui para a promoção do trabalho digno.

Foram nove dias de intensas discussões tripartidas no seio da Comissão sobre o trabalho nas cadeias de abastecimento mundiais quanto a como podem estas contribuir efetivamente para o trabalho digno e o desenvolvimento sustentável. A Comissão adotou por consenso uma resolução e um conjunto de conclusões, orientadas para ação, que conferem à OIT um mandato para uma mobilização mundial que possa colmatar as falhas de governação das cadeias de abastecimento aos níveis setorial, nacional, regional e internacional. Os membros da OIT solicitaram ainda à Organização que implemente um programa de ação dinâmico e que convoque, através de decisão do seu Conselho de Administração, uma reunião tripartida com o objetivo de avaliar as causas por detrás dos défices de trabalho digno nas cadeias de abastecimento mundiais, de identificar os principais desafios de governação e de examinar quais os programas, medidas, iniciativas ou normas necessárias à promoção do trabalho digno naquelas.

A CIT deste ano refletiu ainda sobre como o trabalho digno pode e deve contribuir para a paz e estabilidade após situações de conflito, crise ou desastre. As delegadas e delegados à Conferência asseguraram uma primeira discussão relativa à revisão da Recomendação (N.º 71) sobre a transição da guerra para a paz, 1944. Esta discussão resulta da necessidade de se considerar o contexto contemporâneo e de se responder a situações de conflito e desastre. O âmbito da recomendação poderá ainda ser alargado à prevenção, preparação e recuperação. A segunda discussão tendente à adoção da Recomendação revista terá lugar em 2017.

A Comissão sobre a Declaração para a Justiça Social adotou uma resolução através da qual se apela a ação concreta que assegure a sua prossecução no quadro da Agenda 2030 das Nações Unidas e integre o trabalho digno nas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

A Comissão para a aplicação das normas adotou conclusões sobre 24 casos e discutiu um inquérito geral sobre os instrumentos relativos a trabalhadores/as migrantes, tendo sido sublinhada a necessidade de uma boa governação global e de cooperação internacional para uma efetiva gestão da migração laboral internacional.

1. Reunião bilateral entre o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o diretor-geral da OIT
2. Carlos Silva, secretário-geral da UGT
3. João Almeida Lopes, vice-presidente da CIP
4. Delegação tripartida de Portugal

Como sublinhou o diretor-geral da OIT, a Conferência deste ano, para além de estabelecer orientações quanto ao cumprimento das obrigações por parte dos Estados-membros relativamente às Convenções ratificadas, refinou o código laboral marítimo mundial e apontou o caminho à OIT quanto à organização interna do seu trabalho. “E como se tudo isto não fosse suficiente, definimos o rumo para a eliminação da pobreza até 2030” concluiu Guy Ryder referindo-se ao seu relatório deste ano “Iniciativa para a Erradicação da Pobreza. A OIT e a Agenda 2030”.

A Conferência, com um recorde de participação de 5982 delegados/as de 187 Estados-membros, contou com a participação do Presidente da Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann, e do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, que destacou a centralidade do diálogo social na construção do futuro do trabalho.

A OIT-Lisboa com o apoio da Cooperação/GEP/MTSSS traduziu para língua portuguesa 3 dos relatórios em discussão: o relatório do diretor-geral; o relatório sobre trabalho digno nas cadeias de abastecimento mundiais; e o relatório “Promover a Justiça Social”, estando a sua consulta disponível no seu sítio.

CIMEIRA SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, 2016

Jovens e o futuro do trabalho em debate na OIT

A Conferência Internacional do Trabalho deste ano acolheu a Cimeira sobre o mundo do Trabalho - Os jovens e o futuro do trabalho. O debate foi enquadrado pela implementação da Agenda 2030 sobre desenvolvimento sustentável e permitiu informar os mandantes tripartidos da OIT quanto à “Iniciativa Global das Nações Unidas sobre trabalho digno para jovens”. Para esta Cimeira foram convidados/as três jovens, Rita Kimani, empreendedora do Quênia, Nice Coronacion, ativista sindical das Filipinas e Max Trejo, da Organização Ibero-americana de Juventude, e representantes tripartidos da OIT. Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança

Social de Portugal foi convidado enquanto representante governamental. Linda Kromjong, secretária-geral da OIE e Sharan Burrow, secretária-geral da CSI, em representação dos parceiros sociais, completaram o painel.

Este foi um debate interativo e muito participado que contou com perguntas a partir das delegações à Conferência, centradas em quatro temas principais – desafios do emprego jovem, soluções, alianças e Agenda 2030 –, e entrevistas em direto a jovens refugiados ou deslocados dentro dos seus países.



Fonte: OIT

Em Destaque



Fonte: OIT

Ban Ki-Moon reúne com agências das NU em Portugal

À margem do programa oficial da sua visita a Portugal, o secretário-geral das Nações Unidas reuniu com o pessoal das agências do sistema das Nações Unidas representadas em Portugal: OIT, FAO, OIM e Universidade das Nações Unidas. Esta reunião teve lugar no dia 19 de maio, nas instalações da OIT-Lisboa, e permitiu que os/as representantes das referidas agências pudessem dar a conhecer o mandato e o trabalho que estas desenvolvem em Portugal.

No caso da OIT-Lisboa, foram feitas referências à forte e histórica relação que une Portugal e a OIT,

ao mandato deste Escritório no país e junto do Secretariado Executivo da CPLP, à iniciativa do diretor-geral da OIT sobre o futuro do trabalho e à Agenda 2030 sobre desenvolvimento sustentável.

Foi ainda possível apresentar o trabalho conjunto que tem unido as agências no país, nomeadamente no que diz respeito à visibilidade das NU e à questão dos migrantes/refugiados. Esta capacidade de trabalharmos em conjunto mereceu o apreço do secretário-geral das Nações Unidas que solicitou o aprofundamento da mesma.

O Futuro do Trabalho em Debate

No quadro da iniciativa *O Futuro do Trabalho*, lançada pelo diretor-geral da OIT, na CIT de 2015, antecipando o centenário da OIT em 2019, tiveram lugar em Portugal as seguintes iniciativas que permitiram essa reflexão e que incluíram diversos parceiros:

MTSSS

Cem Anos de Políticas Sociais e do Trabalho

No âmbito das Comemorações dos 100 anos do Ministério do Trabalho, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), organizou, com o Gabinete de Estratégia e Planeamento e a Secretária-Geral o Colóquio *Cem Anos de Políticas Sociais e do Trabalho*. Neste participaram dois dirigentes da OIT: Heinz Koller, diretor regional da OIT para a Europa e Ásia Central; e Helena André, diretora da ACTRAV.

Assim, entre 24 e 25 de maio, através da voz de vários/as investigadores/as e decisores políticos foi então possível fazer uma análise histórica destes 100 anos e iniciar uma reflexão sobre o futuro das políticas sociais e do trabalho. Esta reflexão será aprofundada em outubro numa Conferência sobre o futuro do trabalho que o MTSSS está a organizar com o apoio da OIT-Lisboa.

FCSH-UNL

Seminário sobre a “Institucionalização da regulação laboral”

No âmbito do Centenário do Ministério do Trabalho, a OIT-Lisboa coorganizou um seminário sobre a *“Institucionalização da regulação laboral”*, em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no dia 18 de maio.

A OIT-Lisboa integrou ainda a Comissão Científica da iniciativa que avaliou os artigos submetidos ao seminário tendo também moderado um dos painéis do evento. Esta iniciativa, que se inseriu igualmente no programa comemorativo do centenário da OIT, teve como principal objetivo introduzir novas temáticas e perspetivas de análise em torno da história institucional do trabalho desde 1916 até hoje incluindo sob o prisma da influência externa, designadamente da OIT.

Conferência Internacional do Trabalho, 2016

Reunião informal de ministros de Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP

Os ministros e ministras do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP aproveitaram a sua participação na Conferência Internacional do Trabalho para reunirem informalmente. A convocatória desta reunião partiu da ministra da Solidariedade Social de Timor Leste, país que detém a Presidência da CPLP. A abertura esteve a cargo da ministra timorense, Isabel Guterres e do representante do Secretariado Executivo da CPLP, Manuel Lapão, diretor de Cooperação.

Participaram ainda neste encontro o ministro do Trabalho e Previdência Social do Brasil, Ronaldo Nogueira, a ministra da Justiça e do Trabalho de Cabo Verde, Janine Tatiana Santos Léris, a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique, Vitória Dias Diogo, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o embaixador angolano junto das Nações Unidas, Apolinário Jorge Correia, para além de conselheiros/as técnicos e conselheiros das representações permanentes dos Estados-membros da CPLP.

Este encontro, que decorreu no dia 8 de junho, teve como ordem de trabalhos o ponto de situação do Plano de Ação de Tíbar, a Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, as iniciativas no quadro *“2016: Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil”* e a plataforma CIPS e a sua sustentabilidade.

No final dos trabalhos, foi apresentada uma publicação da OIT sobre a parceria com Portugal, no âmbito do financiamento para a cooperação técnica.

Fonte: OIT



Encontro-debate no CES

A OIT-Lisboa e o Conselho Económico e Social (CES) organizaram conjuntamente, a 30 de junho, um encontro-debate sobre *“O Futuro do Trabalho”*, que teve lugar nas instalações do CES. Esta iniciativa decorreu do relatório do diretor-geral da OIT e das reflexões que a OIT tem vindo a encorajar a nível nacional.

O evento, presidido pelo presidente do CES, Luís Filipe Pereira, contou com uma participação muito alargada que incluiu os membros do plenário do CES, como é o caso dos parceiros sociais. A principal oradora, Maria-Luz Vega, coordenadora da iniciativa *“O futuro do trabalho”*, fez uma apresentação detalhada das questões levantadas no relatório e recolheu importantes contributos dos parceiros portugueses.

Conferência-debate do BE

“O mandato da OIT e o futuro do trabalho” foi tema da conferência-debate organizada pelo núcleo de Arroios do Bloco de Esquerda, no quadro de um Ciclo de Estudos Políticos. Esta sessão, que teve lugar no dia 2 de junho, na Biblioteca de São Lázaro, contou com a participação da OIT-Lisboa.

Catarina Braga, Perita Associada na OIT-Lisboa, entre outros, apresentou a iniciativa sobre o futuro do trabalho, e as grandes áreas sobre as quais lança o debate: trabalho e sociedade; empregos dignos; organização do trabalho e da produção; e governação do trabalho.

Fonte: OIT

A parceria entre Portugal e a OIT: Uma aposta de sucesso

Portugal é membro fundador da OIT. O compromisso português com a sua agenda do trabalho digno é sólido. Nos últimos 20 anos, essa parceria conheceu um salto qualitativo por via do financiamento português de programas operacionais da OIT dirigidos aos PALOP e a Timor Leste. Esse protagonismo – que coloca Portugal num lugar de destaque como doador voluntário da OIT – foi estimulado pela abertura, em 2003, de um Escritório da Organização em Lisboa.

À semelhança do que já havia sido feito para outros doadores, a OIT-Lisboa tomou a iniciativa de patrocinar a publicação de um *booklet* sobre a parceria com Portugal, no âmbito do financiamento para a cooperação técnica visando dar-lhe justa visibilidade. Este *booklet* foi preparado por Paulo Bárcia que, a partir das várias funções desempenhadas na OIT, acompanhou de perto grande parte dos acordos que enquadram esta parceria. O lançamento do *booklet*, disponível *on-line*, contou ainda com intervenções da Presidência de Timor Leste, do diretor da OIT de PARDEV, da diretora da OIT-Lisboa e do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal.



Programas

2016 – Ano da CPLP contra o trabalho infantil

Planos de Ação Nacionais no centro de *workshop* de formação tripartido

Com o objetivo de garantir que todos os países da CPLP disponham de planos de ação nacionais contra o trabalho infantil e listas nacionais de trabalhos perigosos proibidos a crianças, e tendo em conta a meta 7 do ODS 8 da Agenda 2030, a comunidade decidiu prosseguir em 2016 com o reforço de capacidades e com a partilha de experiências e boas práticas.

A OIT aceitou apoiar esta atividade, tendo para o efeito contado com o apoio do MTSSS/Portugal – através do IEFPP e do GEP/Cooperação –, do Secretariado Executivo da CPLP, e de estruturas internas como o PARDEV (fundos da cooperação sul-sul), a ACTRAV e os Escritórios da OIT em Yaoundé e em Dakar. Assim, o Centro de Formação Internacional da OIT, com o apoio da OIT-Lisboa, organizaram em Lisboa (instalações do IEFPP) um *workshop* tripartido de formação sobre planos de ação nacionais e listas nacionais de trabalhos perigosos proibidos a crianças.

Esta formação, amplamente participada, foi estruturada com base em apresentações formais e discussões plenárias, bem como em atividades de grupo que permitiram a partilha de experiências e o conhecimento prático quanto a instrumentos legais e políticas necessários à eliminação do trabalho infantil, em especial as suas piores formas.

Visou especificamente: i) familiarizar os/as participantes com os planos de ação nacionais e com as listas de trabalhos perigosos enquanto instrumentos que promovem uma ação coerente e coordenada contra o trabalho infantil; ii) reforçar o conhecimento relativo aos processos de planificação e preparação de planos de ação nacionais e de listas de trabalhos perigosos; e iii) a transferência de conhecimentos entre os países da CPLP que já os adotaram e os que ainda não o fizeram.

Previamente a este *workshop*, tiveram lugar duas reuniões de grupos. Assim, no dia 29, decorreu uma sessão preparatória dos/as representantes das organizações dos trabalhadores, com o apoio da ACTRAV e da sua diretora, Helena André. No mesmo dia os pontos focais do trabalho infantil da CPLP concluíam a VI reunião, entre outros, com a decisão de avançar com uma posição conjunta da comunidade à IV conferência global sobre trabalho infantil prevista para outubro de 2017 em Buenos Aires.

A agenda para o desenvolvimento sustentável, adotada em setembro de 2015 – no âmbito do seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 – visa “promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos”. A meta 7 dos ODS 8 contempla a adoção de “medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2015 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas”.



Foto: José Garcia

UNIVERSITAS

Saúde e Segurança do Trabalho na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Sessão de Esclarecimento | Debate



A Comissão de Trabalhadores da FCUL para a Saúde e Segurança no Trabalho organizou a 22 de junho uma sessão evocativa do Dia Internacional para a Saúde e Segurança no Trabalho. Para esta sessão, dirigida a docentes, funcionários/as, investigadores/as e bolseiros/as, foram convidados/as como oradores/as representantes da OIT-Lisboa, da ACT e do Gabinete de Apoio em Psicologia da FCUL, com o intuito de se debater a temática deste ano do dia internacional da SST – o stress no trabalho.

Esta ação decorreu dos termos da Lei 3/2014 e respetivas atualizações, que mencionam o direito/dever dos/as trabalhadores/as de se informarem sobre as questões da SST.

Chipre / Grécia

Igualdade salarial: Portugal, uma boa prática

A diferença salarial entre homens e mulheres na União Europeia, durante o período da crise económica, foi o tema que a parceria constituída por organizações sindicais e de investigação do Chipre e da Grécia escolheu para apresentar os resultados de um projeto conduzido no setor da hotelaria.

Os resultados foram apresentados num seminário, em junho, em Nicosia (Chipre) tendo contado com a participação de responsáveis pelo Fundo Social Europeu, mecanismos nacionais para a igualdade entre outros.

A experiência portuguesa no quadro do projeto “Revalorizar o trabalho para promover a igualdade”, serviu como modelo a este projeto.

A OIT-Lisboa foi convidada a participar tendo apresentado uma comunicação sobre o trabalho de igual valor e a sua concretização na prática, no quadro da Convenção (N.º 100) da OIT.

Os resultados foram apresentados num seminário, em junho, em Nicosia (Chipre) tendo contado com a participação de responsáveis pelo Fundo Social Europeu, mecanismos nacionais para a igualdade entre outros.

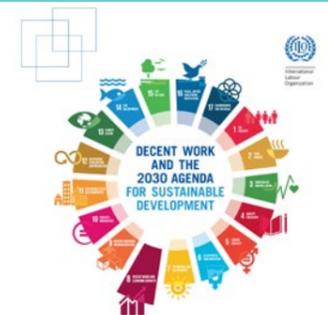
A OIT-Lisboa foi convidada a participar tendo apresentado uma comunicação sobre o trabalho de igual valor e a sua concretização na prática, no quadro da Convenção (N.º 100) da OIT.

Parcerias

APEE e Global Compact Portugal Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social

A décima primeira edição da semana da responsabilidade social que decorreu de 30 de maio a 3 de junho, em Lisboa, foi dedicada ao tema “Cooperação para o desenvolvimento sustentável”.

A um de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas. É um ambicioso plano de ação para melhorar as condições de vida de mulheres e homens em todo o mundo e garantir a sustentabilidade do planeta. De acordo com a OIT,



o trabalho digno é a chave do desenvolvimento sustentável. O objetivo 8 visa contribuir para “promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o pleno emprego produtivo e o trabalho digno para todos” e reflete o compromisso da OIT e do mundo do trabalho para o desenvolvimento sustentável.

A OIT-Lisboa participou no painel sobre trabalho digno e crescimento económico, no último dia da semana da responsabilidade social tendo apresentado o objetivo 8.

Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil



No dia 12 de junho deste ano, a OIT sublinhou a dimensão desta problemática nas cadeias de abastecimento e a importância de uma governação eficaz e do diálogo social no combate ao fenómeno.

mento internacionais – através das suas próprias instalações, fornecedores ou subcontratados – ou simplesmente exercendo as suas atividades em áreas onde o trabalho infantil é comum. A responsabilidade primordial pela sua eliminação recai sobre os governos mas uma ação eficaz requer a colaboração entre os organismos públicos, nomeadamente a inspeção do trabalho, os parceiros sociais nacionais e a administração e os representantes dos trabalhadores nas empresas.

Sob o lema, “Eliminar o Trabalho Infantil nas cadeias de abastecimento diz respeito a todos”, a OIT-Lisboa e o Secretariado Executivo da CPLP voltaram a associar-se pelo 6º ano consecutivo na celebração deste dia, através da tradução para

língua portuguesa dos materiais da campanha e de um spot televisivo que a CPLP tem vindo a produzir com o apoio dos canais de televisão do Grupo RTP.

Recorde-se que, durante a XIII Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, em Tíbar, Timor-Leste, em 2015, foi decidido prosseguir com as campanhas conjuntas com a OIT, declarando o “Ano 2016 – Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil”. No seguimento das ações neste âmbito, os materiais foram enviados aos Pontos Focais do Trabalho Infantil nos Estados membros, assim como aos parceiros sociais, para desenvolvimento de atividades nacionais.

O trabalho infantil pode ser difícil de detetar. As empresas multinacionais podem estar diretamente associadas a ele em cadeias de abasteci-

CPLP

Sessão preparatória da CIT 2016

Todos os anos a OIT-Lisboa vinha organizando uma sessão informativa preparatória da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), com os parceiros tripartidos portugueses.

Este ano, em cooperação com o Secretariado Executivo da CPLP foi possível organizar esta sessão alargando o convite a todas as delegações da CPLP.

A reunião teve lugar no dia 25 de maio, presidida pela ministra da Solidariedade Social de Timor-Leste, Isabel Guterres e contou com a participação de representantes de Angola, Cabo Verde, Portugal e Timor leste.

A OIT esteve presente

Durante o último trimestre, a OIT-Lisboa interveio, organizou ou participou em vários encontros e iniciativas. Para além do já relatado noutros espaços desta Newsletter, destacamos:

- Apresentação pública do "Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2015", Centro Relações Laborais, 20 de Julho
- Conferência "O Futuro da indústria na Europa", CIP, 1 de julho
- Seminário "Comemorações dos 20 anos RMG/RSI 1996-2016", CITEFORMA, 1 de Julho
- Conferência Final do projeto INUT "Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal", Hotel Tivoli Oriente, 28 de junho
- Sessão encerramento "X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda", Complexo Municipal do Casal Vistoso, 26 de junho
- "Congresso Internacional Políticas Sociais, Saúde e Cidadania", FCSH-UNL, 16/17 de junho
- Audição Parlamentar sobre prevenção, integração e acompanhamento de pessoas sem-abrigo tendo em conta a Estratégia Nacional de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015, Comissão de Trabalho e Segurança Social, Centro de Atendimento ao Cidadão da Assembleia da República, 31 de maio
- Seminário "Mulheres, Inovação e Competitividade, Portugal Economia Social", FIL, 20 de maio
- Reunião Internacional "Promover Parcerias para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", Camões IP e OCDE, 19 de maio
- "VIII Jornadas Técnicas de Segurança no Trabalho", Sever do Vouga, 10 de maio
- Dia Nacional da Segurança Social, Teatro da Trindade, 9 de maio
- "Os Direitos dos Jovens Trabalhadores", Juventude Socialista do Cartaxo, 6 de maio
- "8º Relatório Provedor da Ética Empresarial e do Trabalhador", ISCAD, 6 de maio

Equipa do escritório

Diretora: Mafalda Troncho
Gestora de Programas: Albertina Jordão
Assessora de Direção: Alzira Moraes
Responsável do Centro de Documentação e Informação: Ana Santos
Perita Associada: Catarina Braga
Gestora Financeira e Administrativa: Joana Gomes
Gestor de Informação: Paulo Costa

Ficha Técnica

Newsletter do Escritório da OIT para Portugal
Rua Américo Durão, 12 A
1900-064 Lisboa
Tel: +351 213 173 440/9
Fax: +351 213 140 149
E-mail: gomes@ilo.org
Sítio: www.ilo.org/lisbon
Tiragem: 500 Exemplares

As opiniões expressas não refletem necessariamente o ponto de vista da Organização Internacional do Trabalho.

Mudanças de instalações

A OIT-Lisboa mudou de instalações no passado mês de maio.
A nova morada é:
Rua Américo Durão, 12A
1900-069 LISBOA

A fechar

A aprendizagem de qualidade em destaque

No quadro do apoio técnico da OIT a Portugal, entre 24 e 25 de maio, tiveram lugar a *workshop* tripartido sobre o financiamento da formação profissional/ programas de aprendizagem de qualidade e o *workshop* sobre abandono no âmbito da educação e formação profissional.

O primeiro teve como objetivo a promoção e partilha de conhecimentos e o diálogo social sobre a aprendizagem de qualidade e o segundo refletir sobre o abandono precoce da formação antes da sua conclusão, procurando o diagnóstico a nível nacional e a partilha de boas práticas. O abandono precoce da escola ou a decisão de abandonar a formação antes da sua conclusão é um fenómeno que se verifica em Portugal

e noutros Estados-membros da União Europeia. O *workshop* proporcionou a identificação de meios para prevenir o abandono escolar ou da formação precoce e seu impacto no futuro escolar, formativo ou profissional. O *workshop* permitiu obter maior conhecimento sobre as boas práticas em vários países e abrir espaço à discussão de meios para identificar as causas do abandono/desistência em Portugal.

O *workshop* sobre o financiamento da formação profissional/ programas de aprendizagem de qualidade foi dinamizado pelos especialistas da OIT, Michael Axmann, Marta Makhoul e Kazutoshi Chatani que apresentaram uma visão geral dos diferentes programas de aprendizagem; a análise custo benefício dos programas de

aprendizagem; e exemplos de modelos de financiamento dos programas de aprendizagem. Esta iniciativa contou com a participação dos parceiros sociais e ainda de um representante das estruturas juvenis.



Fonte: CIF-OIT

Breves

12 de agosto Dia Internacional da Juventude

As Nações Unidas assinalaram o dia 12 de agosto sob o lema: *desenvolvimento de competências para melhorar o emprego jovem*. A educação e a formação são determinantes para o sucesso no mundo do trabalho. Atualmente, a probabilidade de rapazes e raparigas estarem desempregados/as e quase três vezes maior do que para a população adulta e as ofertas de emprego são de baixa qualidade. Só o trabalho digno e produtivo pode responder às aspirações dos/as jovens, melhorar as suas condições de vida e levar à participação e cidadania ativa. Esta foi a mensagem do diretor-geral da OIT no dia internacional da juventude que se assinalou em todo o mundo.

Trabalho doméstico

A Convenção (N.º 189) sobre trabalho digno para trabalhadoras e trabalhadores domésticos foi ratificada por 22 países, entre os quais Portugal, tendo entrado em vigor no dia 17 de julho. Para além de Portugal, mais cinco países da União Europeia (Alemanha, Bélgica, Finlândia, Irlanda, Itália) ratificaram a norma da OIT. Desde a sua adoção, em junho de 2011, são muitos os países que têm vindo a adotar medidas para melhorar as condições de trabalho desta categoria profissional.

ACT/OIT

Visita da delegação dos Emirados Árabes Unidos

Joaquim Pintado Nunes, especialista da OIT da unidade de Administração, Inspeção do Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho do departamento de Governação e Tripartismo, acompanhou a visita de alto nível de uma delegação dos EAU a Portugal no âmbito de um projeto de melhoria do mercado de trabalho e da governação das migrações (UAE/15/01/UAE) – promoção da conformidade no local de trabalho através da Inspeção do Trabalho e reforço da aplicação da lei e da inspeção do trabalho.

A visita teve como objetivo a troca de experiências entre os dois países e a aprendizagem a partir da experiência e desafios nas diferentes áreas da Inspeção do Trabalho em Portugal.

Novas publicações

No âmbito do protocolo entre o Governo da República Portuguesa e a OIT em matéria de publicações, estabelecido em 2005, o GEP/Cooperação do MTSSS tem vindo a editar, conjuntamente com a OIT-Lisboa, um conjunto muito significativo de versões portuguesas de documentos de referência da OIT. Durante este período destacamos:

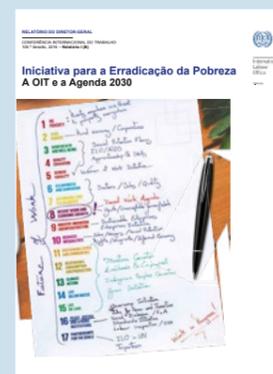
- **Relatório IV - Pequenas e médias empresas e a criação de emprego digno e produtivo**



- **Relatório VI - Proteção dos trabalhadores num mundo do trabalho em transformação**



- **Relatório do Diretor-geral Iniciativa para a Erradicação da Pobreza - A OIT e a Agenda 2030**

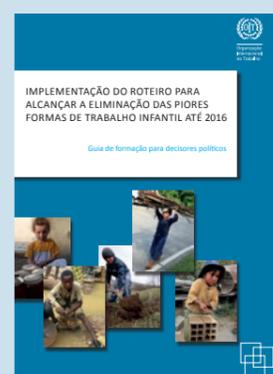


- **O Processo Tripartido de identificação do trabalho infantil perigoso: guia para facilitadores - Eliminar o trabalho infantil perigoso: passo a passo**



ISBN: 978-92-2-831154-9 (Versão impressa)
ISBN: 978-92-2-831155-6 (Web PDF)

- **Implementação do roteiro para alcançar a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016: guia de formação para decisores políticos**



ISBN: 978-92-2-831156-3 (Versão impressa)
ISBN: 978-92-2-831157-0 (Web PDF)

- **Sindicatos e trabalho infantil: uma ferramenta para a ação**



ISBN: 978-92-2-831158-7 (Versão impressa)
ISBN: 978-92-2-831159-4 (Web PDF)